

Dinâmicas de participação e vigilância - entre a transparência e a opacidade dos códigos¹

Giuliano Djahdjah Bonorandi²

Graciela Baroni Selaimen³

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-UFRJ)

Resumo

Nas grande maioria das sociedades contemporâneas os indivíduos vivem em estado de observação ubíqua e permanente, conectados em redes de comunicação distribuída onde a base de dados representa a mais recente encarnação do panóptico de Foucault. Este trabalho explora a idéia de que o consumidor tornou-se, neste modelo de sociedade, o objeto conhecido e visível sobre o qual as empresas agem estrategicamente. E busca compreender o paradoxo presente no fenômeno da participação dentro das ferramentas da chamada Web 2.0. Enquanto por um lado a participação nas redes é fruto de uma tradição inserida no contexto de uma cultura libertária, esta mesma participação traz como consequência uma série de práticas que engendram práticas de vigilância.

Palavras-chave

Vigilância; controle; transparência; privacidade; código

É lugar comum dizer que vivemos na Era da Informação, como se o fluxo exacerbado e ininterrupto da informação nos dias de hoje, por si, caracterizasse as sociedades contemporâneas. A produção e circulação da informação numa intensidade jamais experimentada pelo ser humano leva, para alguns teóricos, a modelos de sociedade baseados na observação destes fluxos informacionais – estaríamos, assim, na Era da Observação (Lyon, 2005). Outros estudiosos defendem a idéia de que não vivemos apenas a observar e a assistir, mas que o olhar de indivíduos e instituições sobre a informação que se produz e circula nas nossas atividades cotidianas visa a uma seleção e discriminação com objetivos e motivos os mais variados – estaríamos, assim, vivendo na Era da Identificação (Hildebrandt, 2008). A idéia de sociedades que vivem em estado de observação ubíqua e permanente, não centralizada em instâncias disciplinadoras e em relações hierárquicas, mas sim distribuída em

¹ Artigo científico apresentado ao eixo temático “Vigilância, ciberativismo e poder”, do III Simpósio Nacional da ABCiber.

² Mestrando do PPGCOM-UFRJ, na linha de pesquisa Tecnologias e Estética. Orientando do Prof. Henrique Antoun. boreste@gmail.com.

³ Mestranda do PPGCOM-UFRJ, na linha de pesquisa Tecnologias e Estética. Orientanda do Prof. Henrique Antoun. graciela@nupef.org.br

relações (em sua maioria) aparentemente horizontais – ainda que assimétricas, como mostraremos mais adiante – leva-nos a pensar que o conceito que mais se adequa para descrever nossa era é o de Sociedades de Vigilância, ou, mais especificamente, como propõe Lyon, “talvez seja mais apropriado chamar a sociedade de vigilância de 'sociedade de vigilância do risco' ". (Wood et alli., 2006).

As sociedades baseadas na observação, na vigilância e no controle não são um fenômeno recente, originado, como comumente se imagina, do crescente desenvolvimento e adoção massiva das tecnologias digitais de informação e comunicação. Este modelo de sociedade nasce, na verdade, da necessidade insaciável do estado moderno de registro de seus cidadãos, originalmente buscando atribuir e implementar obrigações fiscais e alistamento militar. A construção da nação territorial requeria a identificação daqueles que faziam parte do território e da nação. (Hildebrandt, 2008).

Para Wood, as sociedades de vigilância são um resultado das modernas práticas organizacionais, de empresas, governos e instituições militares, e podem ser vistas como “um progresso rumo à administração eficiente, na visão de Max Weber, um benefício para o desenvolvimento do capitalismo ocidental e da nação-estado moderna”. Wood afirma que Weber anteviu esta vigilância – que mantém registros detalhados, combina informações, limita acessos a pessoas escolhidas - não como mera evidência de 'progresso', mas como um sistema extremamente ambíguo, onde a organização burocrática, eficiente mas insensível, poderia tornar-se uma “gaiola de ferro” na qual as pessoas comuns poderiam sentir-se presas na armadilha de um sistema impessoal e indiferente a elas.

Nesta perspectiva, a vigilância é um fenômeno intimamente associado à idéia de 'governança', e às muitas maneiras como as sociedades são ordenadas e reguladas. Wood aponta que há aproximadamente 400 anos os 'métodos racionais' começaram a ser aplicados a práticas organizacionais, que substituíram redes sociais e práticas de controle informais.

A racionalização dos métodos de organização e controle por parte dos Estados baseia-se, sobretudo, no conhecimento que se pode obter sobre o Estado e suas populações:

desde o século XVI a teoria sobre a arte de governar estava, por um lado, ligada ao desenvolvimento das monarquias territoriais (aparecimento dos aparelhos, relés de governo etc.); ela também estava ligada a todo um conjunto de análises e de saberes que se desenvolveram depois do final do século XVI e tomaram toda a sua amplitude no século XVII, essencialmente esse conhecimento do Estado em seus diferentes

dados, em suas diferentes dimensões, nos diferentes fatores de sua potência, e que se chamou, precisamente, de “estatística” como ciência de Estado.(...) foi também através do desenvolvimento da ciência do governo que se pôde recortar o problema específico da população. (...) essa estatística que funcionara até então nos quadros administrativos e, portanto, no funcionamento da soberania, essa mesma estatística descobre e mostra, pouco a pouco, que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortes, seu número de doenças, suas regularidades de acidentes. (Foucault, 2006)

Assim, desde o século XVII o indivíduo comum passa a ser objeto da verificação e do controle do Estado. Conforme Fernanda Bruno, “a Modernidade faz o indivíduo comum entrar não apenas num campo de visibilidade, mas também num campo de informações, notações e descrições até então privilégio dos heróis e do poderio. Ao figurar nesses campos, o indivíduo se constitui ao mesmo tempo como 'um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder' ”(Foucault, 1983 apud Bruno, 2006a)

Com a intensa expansão dos meios de comunicação no século XX associada a um desenvolvimento tecnológico que, após a década de 60, foi capaz de conectar o mundo inteiro em redes de comunicação distribuída – modificando profundamente o perfil das sociedades contemporâneas (Antoun, 2008) -, as práticas de vigilância ganham, entre outras coisas, dimensão, agilidade e ubiquidade.

A vigilância digital e os bancos de dados

As práticas de vigilância digital são compreendidas aqui como “o monitoramento sistemático, automatizado e à distância de ações e informações de indivíduos no ciberespaço, com o fim de conhecer e intervir nas suas condutas ou escolhas possíveis” (Bruno, 2008). Assim, com as novas tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs), a administração burocrática estatal passou a trabalhar não apenas entre departamentos de uma mesma organização, mas estendeu-se entre organizações, inclusive em nível internacional. O mesmo se passou com as empresas – de práticas de registro e controle locais, passaram a trabalhar em redes e hoje muitas são dinâmicas organizacionais de caráter global. Tudo baseado nas TICs, em busca dos anseios modernos de eficiência, rapidez, controle e coordenação. (Wood et alli., 2006)

Mas o que constituiria, afinal, estes dispositivos de vigilância digitais? Conforme Bruno,

Em linhas gerais, o dispositivo de vigilância digital tem três elementos centrais: a informação, os bancos de dados e os perfis computacionais (*profiles*). A informação é o elemento-base, a ponto de a vigilância atual ser frequentemente designada na

língua inglesa como *dataveillance* (Clarke, 1994). A convergência da informática com as telecomunicações criou uma situação em que o campo de comportamentos, ações e comunicações dos indivíduos muitas vezes coincide com os próprios sistemas de coleta, registro e distribuição de informação. As mesmas tecnologias que ampliam as possibilidades de emissão, acesso e distribuição da informação tornam-se instrumentos de vigilância e controle; as mesmas tecnologias que possibilitaram o anonimato nas trocas sociais e comunicacionais mostram-se eficientes instrumentos de identificação. A vigilância hoje se confunde com a própria paisagem do ciberespaço. (Bruno, 2006a)

Bases de dados computadorizadas constituem uma nova linguagem que mudou a maneira como podemos compreender as relações sociais. Nas novas práticas organizacionais das empresas, por exemplo, o consumidor emerge como uma representação de dados ou um perfil de dados que pode ser gerenciado e tornado alvo de mensagens e ações, enquanto as organizações tornam-se o locus onde consumidores são configurados de acordo com construções datalinguísticas, uma vez que são as organizações do mercado que detêm o poder linguístico da base de dados. (Zwick, 2004)

Para Manovich, a base de dados é uma forma central de expressão cultural na modernidade tardia. Ela aparece como coleções de itens sobre os quais o usuário pode desempenhar várias operações: ver, navegar, buscar. Para este autor, pode-se até mesmo dizer que as bases de dados são o novo modelo simbólico da era do computador, uma nova maneira de estruturarmos nossa experiência de nós mesmos e do mundo:

Se na física o mundo é feito de átomos e na genética é feito de genes, a programação de computadores encapsula o mundo de acordo com sua própria lógica. O mundo é reduzido a dois tipos de objetos de sistemas que são complementares um ao outro: estruturas de dados e algoritmos. Qualquer processo ou tarefa é reduzido a um algoritmo, a uma sequência final de operações simples que um computador pode executar para cumpri-la. E qualquer objeto no mundo – seja a população de uma cidade, ou a previsão do tempo no período de um século, uma cadeira, um cérebro humano – é modelado numa estrutura de dados, i.e. Dados organizados de uma maneira particular para possibilitar a busca e o armazenamento eficientes.(...) A despeito de como os objetos midiáticos se apresentam – como narrativas lineares, narrativas interativas, bases de dados ou outra coisa, sob esta apresentação, no nível da organização material, tudo é base de dados (Manovich, 2001)

A centralidade das bases de dados para o funcionamento da vigilância também é apontada por Lyon (2005). Este autor coloca importantes questões ao perguntar se o processamento da informação nas bases de dados se equaciona com a disciplina normalizadora do panóptico, operando através da observação contínua para produzir obediência baseada na incerteza e no medo. Ou seria este o poder sutil de categorizar grupos sociais, discriminando-os para oferecer diferentes tratamentos a cada um deles? Lyon

classifica a vigilância que se opera através das bases de dados de “vigilância algorítmica”, que se intensifica à medida em que há níveis cada vez maiores de integração entre bases de dados de governos e de empresas, o que permite a checagem cruzada de dados em um terreno informacional alargado.

Um exemplo interessante do que Lyon chama de “vigilância algorítmica” são os mecanismos de buscas na Internet. A pesquisa em ferramentas de busca é uma das práticas que revelam a mais íntima e espontânea de nossas atividades na web. Para John Battelle, a coleta de dados de nossas buscas na Internet dão origem a uma “base de dados das intenções”. Segundo Battelle, os algoritmos destas ferramentas de buscas se tornam cada vez mais aperfeiçoados na personalização dos resultados que apresentam, chegando a antecipar as preferências e escolhas dos usuários. “O objetivo é que os usuários do Google possam obter respostas para perguntas tais como “O que devo fazer amanhã?” ou, “que emprego devo aceitar?”(Rubinstein, Lee, Schwarz).

Esse caráter antecipatório e que opera uma sedução sobre a potencial ação dos usuários é apontado por Bruno (2006b), quando identifica que “o modo de ação dos bancos de dados envolve simultaneamente previsão, simulação e performatividade”. É assim que a Amazon, por exemplo, seleciona as ofertas de produtos que mais se encaixam nos interesses e curiosidades dos seus clientes, a partir do uso de sofisticadas técnicas de mineração de dados, cruzamentos de dados armazenados gerados pelo próprio consumidor em sua navegação no site da loja, registro de buscas, compras. Para algumas pessoas, isso é um conforto. Mas a repetição continuada desta abordagem também pode significar um “encaixotamento” do usuário, que vê sempre produtos parecidos, livros sobre os mesmos temas, numa disposição de ofertas altamente customizada. É como se, ao entrar num magazine, o elevador automaticamente levasse o consumidor para a seção onde ele costuma comprar mais, e “se esquecesse” de abrir a porta em outros andares. Como aponta Hildebrandt, “as máquinas não estão interessadas em quem você é, mas sim nos lucros que podem ser obtidos quando se sabe em que categorias você se encaixa. Isso abre o caminho para uma segmentação dinâmica da sociedade sem precedentes (...) o que leva a constrangimentos na construção de nossa identidade”.

As bases de dados podem não ser apenas arquivos de informações, mas ter, sim,

uma função conjugada de registro, classificação, predição e intervenção. Com o uso de algoritmos e programas de composição de perfis, os bancos de dados pretendem conter tanto o saber quanto o controle sobre o passado, o presente e o futuro dos indivíduos. (...) O cruzamento de dados organizados em categorias amplas irão

projetar, simular e antecipar perfis que correspondam a indivíduos e corpos “reais” a serem pessoalmente monitorados, cuidados, tratados, informados, acessados por ofertas de consumo, incluídos ou excluídos em listas de mensagens publicitárias, marketing direto, campanhas de prevenção a algum tipo de risco, etc. (Bruno, 2006a).

Isso fica particularmente claro quando se analisa, por exemplo, a emergência do marketing focado no indivíduo. Conforme Zwick e Dholakia (2004) as bases de dados disciplinam as diferenças humanas, através de seu poder de individualizar o consumidor. Através das bases de dados, atos microscópicos de distinção entre os consumidores tornaram-se possíveis. Para estes autores, a base de dados é a mais recente encarnação do panóptico de Foucault, na qual o sujeito é constantemente observável, mensurável, quantificável – em suma, torna-se conhecido. O consumidor torna-se assim o objeto conhecido e visível sobre o qual a organização age estrategicamente. Assim, é importante pensar sobre o modo de funcionamento das bases de dados de consumidores como máquinas discursivas ou representacionais que identificam e conduzem as diferenças humanas (cf. Rose, 1988).

Para estes autores, o verdadeiro poder dos sistemas informatizados de relacionamento com os clientes não é o de chegar o mais perto possível do consumidor, mas sim o de criá-lo discursivamente. As bases de dados produzem uma forma de virtualidade onde o consumidor não é mais o lugar da construção da identidade, mas seu objeto. Estas bases podem construir uma multiplicidade de representações de um mesmo consumidor, constituindo aquele sujeito que elas proclamam descobrir. Elas inscrevem personalidades e identidades nos consumidores de acordo com suas regras discursivas de formação, tornando o sistema específico, de acordo com o qual diferentes tipos de consumidores são divididos, contrastados, relacionados, agrupados, classificados e derivados uns dos outros como objetos do discurso organizacional e mercadológico. São máquinas discursivas que provêm as organizações de uma visibilidade total do campo de consumo, que são mais efetivas quanto mais produzem os comportamentos desejados. A formação das identidades dos consumidores digitais acontece sem a presença do consumidor – Zwick e Dholakia argumentam que a proliferação das bases de dados, a criação de perfis detalhados e a implementação de métodos analíticos complexos para a mineração de dados deram origem a uma nova linguagem que constitui sujeitos fora da imediatividade da consciência e na ausência do consumidor "material". Como explica Bruno (2006a), “as identidades projetadas em bancos de dados na forma de perfis computacionais são espécies de duplos digitais ou simulações de identidades cuja efetividade não depende de vínculos

profundos com os indivíduos a que correspondem, nem de um espelhamento fiel de uma subjetividade ou caráter subjacentes”.

As técnicas de construção destes perfis, ou duplos digitais (*profiling*) são programas que recuperam correlações inesperadas em grandes massas de dados, descobrindo um conhecimento que estava “escondido” nos dados (Zarsky, 2002-2003). Todavia, não podemos refletir sobre como o conhecimento que gera os perfis e as estratégias posteriores de utilização deste conhecimento impactam nossas ações porque não temos acesso ao modo com que eles são produzidos e utilizados. Isso sugere que os perfis embotam nossa liberdade de agir autonomamente (Hildebrandt, 2008). Para esta autora, a assimetria de conhecimento entre os perfiladores e os perfilados gera limites à autonomia individual. Ela salienta o fato de que uma ação autônoma é diferente de um comportamento automático – é relacionada à possibilidade de uma reflexão deliberada sobre nossas escolhas de ação. Para isso, precisamos ter acesso ao conhecimento que impacta estas escolhas – a customização, a filtragem de informações que nos chegam e os anúncios e serviços direcionados.

Para David Wood, este tipo de vigilância sobre o consumidor tende a aumentar, num processo que ele chama de “triagem cibernética”, que segmenta os consumidores com base nos seu valor presumido em relação ao seu poder econômico e político, sobrepondo estes valores à iniciativa e autodeterminação dos indivíduos (Wood, 2006).

Wood também chama a atenção para a opacidade do funcionamento da base de dados, da construção de perfis e do impacto das estratégias de uso deste conhecimento sobre os comportamentos humanos. Ele afirma que as tecnologias estão no seu auge quando se tornam ubíquas e invisíveis. Citando Mark Weiner (1991), Wood lembra que ‘as mais profundas tecnologias são aquelas que desaparecem. Elas se entranham no tecido do dia a dia até que se tornam indistinguíveis dele. As redes de vigilância digital são assim – tendem a se incorporar ao tecido social - “trata-se de uma vigilância que não mais isola e imobiliza indivíduos em espaços de confinamento, mas que se aproxima ou mesmo se confunde com o fluxo cotidiano de trocas informacionais e comunicacionais” (Bruno, 2006a).

Participação e vigilância

Esse fluxo só é possível no momento em que interfaces adquirem a função de dispositivos de mediação da informação. As transformações da Internet relacionadas ao advento de ferramentas cada vez mais participativas – o que é convencionalmente chamado de Web 2.0 – fazem emergir essa centralidade da interface. Essa ampliação, porém, leva o

debate sobre a vigilância para um patamar mais complexo do que o do Big Brother. A participação através de *blogs*, redes sociais, e diversas ferramentas interativas, possui em seu cerne uma ambiguidade fundamental. Se por um lado as novas tecnologias de comunicação são celebradas por ultrapassar a mediação centralizada da mídia de massa, por outro, quanto mais participativas elas o são, mais capazes de coletar informações sobre indivíduos elas se tornam. “São ao mesmo tempo uma dimensão potencial de resistência às práticas de vigilância e controle, e uma fonte profícua de dados e conhecimento que nutrem essas mesmas práticas, sobretudo as de vigilância digital.” (BRUNO, 2008;7). Toda interação é potencialmente uma ferramenta de vigilância. Bruno aponta como o monitoramento de informações é imanente a ferramentas de busca e redes sociais, que para serem eficientes, necessitam analisar, cruzar e manipular informações geradas por usuários, incorporando a suas engrenagens e critérios dispositivos de vigilância (BRUNO, 2009)

Andrejevic demonstra como na esfera das redes interativas, “cada ação e transação gera informação sobre si.” (ANDREJEVIC, 2007;36). O autor compara esse fenômeno com os cercamentos de terra associados ao início da acumulação capitalista e do controle dos meios de produção. Os cercamentos digitais estariam da mesma maneira dividindo a sociedade entre os que controlam a informação e os que a geram:

Uma divisão similar de grupos pode ser distinguida no emergente cercamento digital entre aqueles que controlam espaços interativos privatizados e aqueles que se submetem a formas particulares de monitoramento para obter acesso a bens, serviços e conveniências. (ANDREJEVIC, 2007;39)

Andrejevic, cético em relação ao caráter libertário da Internet, dá vários exemplos de como agentes privados se beneficiam desta prática. A Google tem como seu principal bem o registro das ações de seus usuários. Seus códigos coletam, organizam e analisam dados para possibilitar uma publicidade direta, customizada e eficaz, antecipando os desejos de consumidores. As minas de dados do Google, associadas a tecnologias móveis (deve-se atentar para o fato de que todo aparelho celular é potencialmente um registro de posição geográfica) permitiria também que a publicidade fosse diretamente associada à posição espacial dos indivíduos, possibilitando por exemplo que alguém recebesse uma propaganda de uma loja ao caminhar por suas redondezas (ANDREJEVIC, 2007). Da mesma maneira, dispositivos eletrônicos (Tivo) que gravam a programação da TV, festejados por dar poder aos telespectadores e permitir que escapem à publicidade da

mídia de massa, permitem o mapeamento em detalhes de seus gostos e hábitos. A publicidade, em vez de moribunda, se insere no interior dos programas, e atinge com mais precisão seus objetivos, empoderada pelo conhecimento absoluto dos desejos de seu público alvo: “uma televisão orwelliana que observa os telespectadores enquanto eles assistem a TV” (ANDRJEVIC, 2007;69)

A participação é evocada no início do século XXI não só por gerar um fluxo de informação extremamente útil para governos e agentes privados, mas também se caracteriza por incitar que indivíduos cada vez mais vigiem uns aos outros. Detectores de mentiras portáteis, sites que vendem históricos de indivíduos, pais que monitoram a navegação e a circulação de seus filhos, amigos que bisbilhotam as vidas de outros amigos, cidadãos instigados à serem investigadores perante a ameaça terrorista. A “vigilância lateral” (ANDREJEVIC, 2005) ou a “vigilância distribuída” (BRUNO, 2009) são práticas que vem se alastrando através do uso das tecnologias participativas. O exemplo dos mapas do crime que Bruno evidencia exemplificam como ferramentas de participação, no caso os mapas com fotos de satélite que são passíveis de edição por parte de usuários, são usados para este fim. Não só se pode ver a área onde os crimes ocorrem como também, em alguns casos, buscar a ficha dos meliantes. No contexto no qual uma sociedade de risco sobreescreve a lógica da sociedade disciplinar, todos se tornam suspeitos e ao mesmo tempo vigilantes. Não é mais a história quem opera a identidade social, mas o perfil que permite adivinhar essa identidade a partir dos padrões gerados pelas minas de dados nos fluxos de informação. (ANTOUN, 2008) “Indivíduos são convidados não só a participar das formas de entretenimento ou na produção de bens e serviços que consomem, mas também participar de formas, antes centralizadas, de vigilância e verificação.” (ANDREJEVIC, 2007;54)

Por mais que instrumentos de mapeamento, verificação e coleta de dados tenham diversos fins, todos são potencialmente dispositivos de vigilância. Muitas vezes os objetivos se transformam, como no exemplo das câmeras de supermercados inicialmente instaladas para evitar furtos e que passaram a registrar através de softwares as escolhas e a circulação dos consumidores nos estabelecimentos. Porém, sendo estes dispositivos destinados à vigilância ou não, o que se destaca em todos estes exemplos é que a ação, a circulação e a produção de indivíduos se tornam cada vez mais transparentes para empresas, governos e para os outros. Por outro lado, para os indivíduos, os códigos e suas interfaces de mediação que exercem a coleta e a mineração desta enxurrada de dados são

opacos.

[...]é o retorno da privacidade como uma vingança: para nós é quase impossível saber o que está sendo feito com toda informação sobre nós mesmos, graças a barreira de privacidade alegada por organizações comerciais e a confidencialidade e segurança nacional evocadas pelo estado. O resultado pode ser descrito como um perda assimétrica de privacidade: indivíduos estão se tornando cada vez mais transparentes para agências de monitoramento tanto públicas como privadas, mesmo que as ações destas agências permaneçam obstinadamente opacas junto a tecnologias fazem com que coletar, compartilhar, analisar grandes quantidades de informação se torne mais fácil do que nunca” (ANDREJEVIC, 2007;78)

A transparência dos indivíduos diante de um sistema que lhes é opaco se opõe a todo o discurso emancipatório associado às TICs. Iniciativas como a do código aberto e software livre prezam exatamente pela transparência dos códigos que se impõe por uma necessidade ética estabelecida no compartilhamento de bens imateriais. Mesmo sendo a Internet um conjunto de protocolos abertos e recombinaíveis, ela também é povoada paralelamente por diversos códigos, proprietários e opacos, que são empreendidos em múltiplas interfaces de participação. O caráter fechado destes códigos é necessário para estes agentes por garantir opacidade dos dados coletados diante da transparência da privacidade de indivíduos. O paradoxo apontado por Andrejevic é que a privacidade de uns se torna propriedade privada de outros. Esta constatação coloca em cheque o caráter democratizador associado às novas tecnologias de comunicação e aponta para um panorama onde o acesso, manipulação, e compreensão dos códigos se tornam então questões de conflito.

Esse conflito pode ser pensado sobre a perspectiva de autores como Negri e Hardt para os quais o entendimento da contemporaneidade se dá na compreensão de mutações na disputa entre capital e trabalho. Por um viés histórico defendem que o capitalismo estendeu seus domínios à toda e qualquer relação social, tornando-as produtivas para si. Os conflitos da era fordista levaram o capital para cada vez mais interligar computadores, telecomunicações e mídia em redes cada vez mais extensivas. A produtividade do trabalhador depende cada vez mais de uma elaborada rede de sistemas informáticos. A 'fábrica social' depende da crescente identidade entre os processos produtivos e formas de comunicação. E nesse ponto, Negri faz uma distinção importante para se compreender a maneira como o capital se apropria do trabalho produtivo, cooptando a comunicação e

cooperação de um trabalho vivo, o transformando em informação hierárquica, vertical e centralizada. “Mas a comunicação viva do trabalho é distribuída, transversa e dialógica. E é nela, na comunicação, que hoje reside o campo de disputa entre capital e trabalho”. (NEGRI, 2005;156). Esse movimento do capital também fez com que se multiplicassem os pontos potenciais de ruptura. Temos, assim, uma potência comunicativa que através de códigos transparentes aponta uma dimensão onde estes se tornem comuns, abertos e passíveis de controle público. E, por outro lado, o poder da informação que tenta se apropriar da produção comum e a privatizar, extorquir sua riqueza e a transformar em uma mercadoria abstrata, opaca.

Não deve-se tratar essa questão sob um viés determinista, “nem tecno-utópico nem tecno-fóbico” (SILVEIRA, 2006), correndo-se o risco de perder-se na complexidade e ambiguidade destes processos. É certo que a admiração pela descentralização de poder das tecnologias interativas e das redes distribuídas de comunicação é justificada. Novos arranjos produtivos e comunicacionais vêm sendo construídos continuamente sem a interferência do estado ou do mercado. Porém, a visão de autores que enxergam novos contornos de vigilância na participação, é útil para entender-se como estas mesmas tecnologias são ferramentas que podem servir a outros fins. A transparência e a opacidade são meios de se posicionar nesse conflito que permanece aberto. E nele se encontra não só o futuro das redes, mas também, o futuro da democracia.

Referências Bibliográficas

ANDREJEVIC, Mark. *The Work of Watching One Another: Lateral Surveillance, Risk, and Governance* In *Surveillance & Society*, 2(4): 479-497, 2005.

_____. *I Spy – Surveillance and Power in the Interactive Era*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 2007.

ANTOUN, Henrique. *Mobilidade e Governabilidade nas Redes Interativas de Comunicação Distribuída*. Rio de Janeiro: Intercom - XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005.

_____. *De uma teia à outra: a explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa*. In: Henrique Antoun. (Org.). *Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, v. 1, p. 11-28.

BATELLE, John. *The Database of Intentions*. John Batelles's Searchblog, 2003. <http://battellemedia.com/archives/000063.php>. Acessado em 11 de outubro de 2009.

BRUNO, Fernanda. *Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas*. São Leopoldo: Revista Fronteira, 2006a

BRUNO, Fernanda et alli. *O oráculo de Mountain View: o Google e sua cartografia do ciberespaço*. Brasília: Ecompós, 2006b

BRUNO, Fernanda. *Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital*. São Paulo: Compós, 2008.

_____. *Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cibercultura*. Compós, 2009

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983a

_____. *A Governamentabilidade*. Em *Estratégia, Poder, Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

HILDEBRANDT, Mireille. *Profiling and the rule of law*. Bruxelas: Identity in Information Society (IDIS), Vol. 1, 2008. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1332076>. Acessado em 16 de julho de 2009.

LYON, David. *9/11, Synopticon and Scopophilia: Watching and being Watched*. Em HAGGERTY, Kevin e ERICSON, Richard: *The New Politics of Surveillance and Visibility*. Toronto: University of Toronto Press, 2005.

MANOVICH, Lev. *Database as a symbolic form*. *The Language of New Media*. Cambridge: MIT Press, 2001.

MATHIESEN, Thomas. *A sociedade espectadora: o 'panóptico' de Michel Foucault revisitado*. São Paulo: Revista Margem, n. 8, p. 77-95, 1998.

NEGRI, A, HARDT, M. *Multidão*. São Paulo. Record, 2005

RUBINSTEIN, Ira; LEE, Ronald e SCHWARTZ, Paul. *Data Mining and Internet Profiling: Emerging Regulatory and Technological Approaches*. Chicago: The University of Chicago Law Review, 2008.

SOLOVE, Daniel. *"I've got nothing to hide" and other misunderstandings of privacy*. San Diego: San Diego Law Review, Vol. 44, 2007.

SILVEIRA, S. *Sociedade dos Códigos: entre a opacidade e a liberdade*. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo /SP, v. 27, n. 45, p. 57-78, 2006.

TENE, Omer. *What Google knows: privacy and Internet search engines*. Salt Lake City: Utah Law Review, 2007. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1021490>. Acessado em dezembro de 2008.

WEINER, Mark. *Consumer Culture and Participatory Democracy: The Story of Coca-Cola during World War II*. Em *Food in the USA*. Nova Iorque: Routledge, 2002, pp. 123-141.

WOOD, David et alli. *A report on the surveillance society: for the Information Comissioner by the Surveillance Studies Network*. Londres, 2006.